

Política

—CONSTITUINTE—

Muita movimentação e até algumas confusões marcaram o último dia para apresentação de emendas à Constituição. No último instante, o Centrão apresentou suas propostas, garantindo ter mais de 280 assinaturas em cada uma delas.

2.001 emendas, a odisséia da Constituinte.

Faltando exatamente um minuto para a meia-noite de ontem, o Centrão apresentou as suas dez emendas ao projeto da Constituição. Até aquele momento, a Mesa já havia recebido 1.991 emendas e, dessa forma, o número total de emendas chega a 2.001. Durante todo o dia, o Centrão desenvolveu grande trabalho para conseguir as assinaturas necessárias (280) a fim de garantir preferência na votação. Falta-ram apenas seis minutos para o encer-ramento do prazo, por exemplo, quan- do o deputado Joaquim Bevilacqua (PTB-SP) assinou as duas emendas re- lativas à Ordem Social. De qualquer forma, os coordenadores do Centrão garantem que suas dez emendas têm entre 283 e 326 assinaturas. Será neces- sário, no entanto, um trabalho de che- cagem, uma vez que, pelo processo de coleta, há a possibilidade de existirem assinaturas repetidas.

As propostas: eleições gerais, aborto, IPTU.

O Partido dos Trabalhadores entregou ontem, às 16 horas, 64 emendas (quatro de cada constituinte do partido) ao projeto de Constituição. Segundo José Genoíno (SP), o partido decidiu entregar suas emendas em bloco, pois cada uma delas foi discutida em conjunto pela bancada. Entre as emendas petistas destacam-se: eleições gerais em 1988, presidencialismo, 40 horas semanais, estabilidade no emprego, estatização do sistema financeiro e dos cartórios.

O presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva, apresentou sugestão de alteração do regime de governo de parlamentarista para presidencialista. Lula propõe ainda estabilidade no emprego, salvo em caso de falta grave comprovada judicialmente, contrato a termo não superior a dois anos, prazos definidos em contratos de experiência não superiores a 90 dias, e superveniência de fato econômico intransponível, técnico ou de infortúnio da empresa, sujeito a comprovação judicial, sob pena de reintegração ou indenização a critério do empregado. A última emenda de Lula convoca eleições em todos os níveis no dia 15 de novembro de 1988.

Já o deputado Virgílio Guimarães quer que a Justiça Militar julgue apenas os mili- tares. Ovídio Dutra propõe que a duração do trabalho não seja superior a 40 horas sema- nais e oito diárias, facultada a compensação de horário e a redução da jornada, median- te acordo ou convenção coletiva de tra- balho. Dutra quer ainda que seja assegurada a participação dos trabalhadores — através de representantes dos sindicatos para inte- grar comissões paritárias constituídas no âmbito das empresas — nos processos res- cissórios relativos à implantação de novas tec- nologias nos locais de trabalho. Paulo Del- gaudo sugere que seja de competência exclu- siva do Congresso Nacional a autorização de compra e venda de material bélico ao Exterior; e que seja proibida a propagação do poder público que não diga respeito à divulgação de informações de caráter edu- cativo, relacionadas aos serviços públicos, ou que não se refira às atividades das en- tidades da administração indireta que não operem em regime de monopólio.

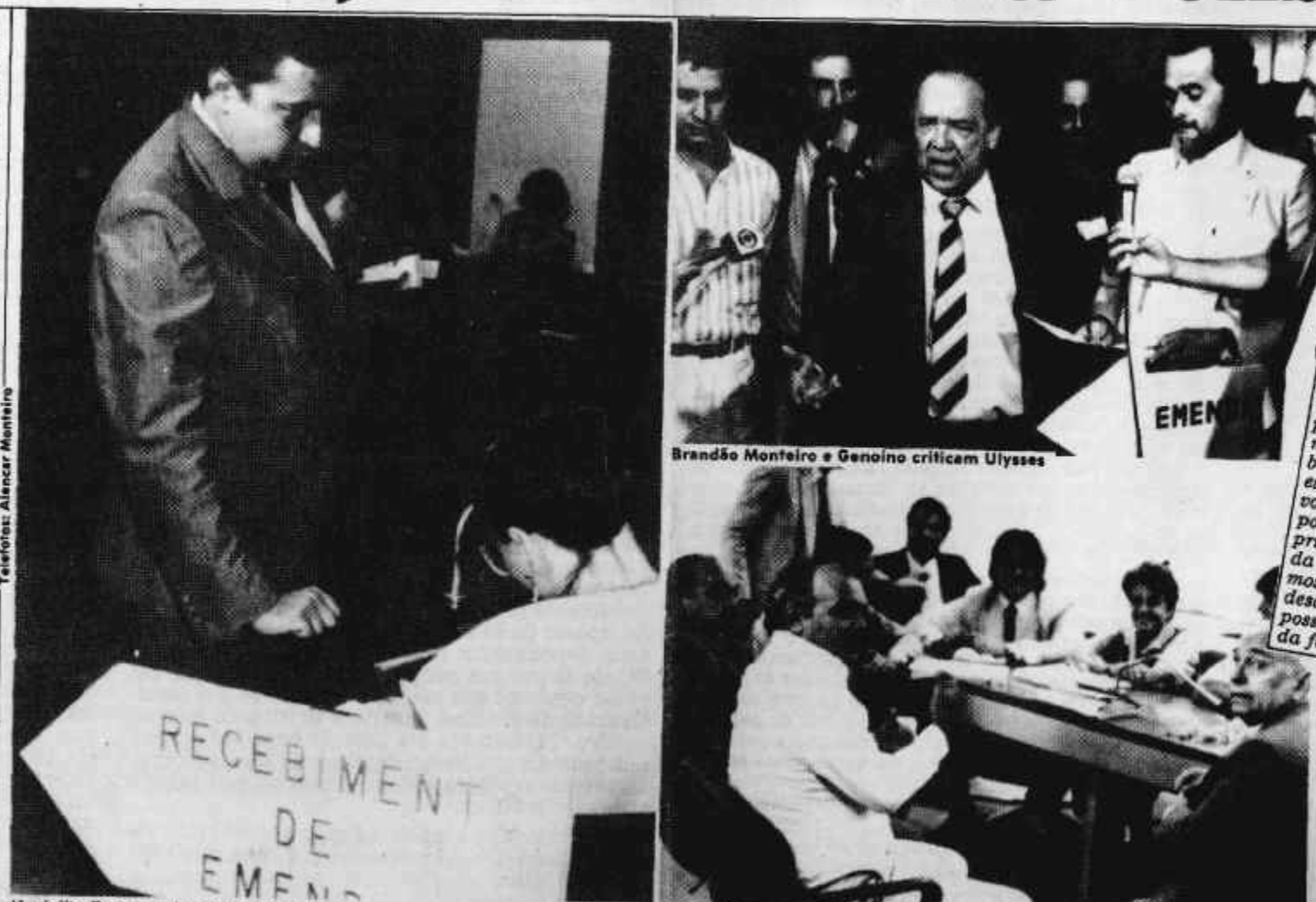
José Genoíno propõe em uma de suas emendas a livre opção dos casais por ter ou não filhos, incluindo o direito de interrup- ção da gravidez até 90 dias, com garantia de acesso aos métodos anticoncepcionais e à assistência médica através da rede de saú- de pública. Ele modifica também o papel das Forças Armadas. No projeto de Bernar- do Cabral as Forças Armadas destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de um des- te, da lei e da ordem. Genoíno muda o texto, que deve passar, na sua opinião, a ter o seguinte texto: "Destina-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constituicio- nais e, por iniciativa destes, da ordem cons- titucional".

Já o deputado Afif Domingos (PL-SP) apresentou emenda estabelecendo que a correção da base de cálculo do IPTU não poderá exceder, anualmente, o índice de correção monetária fixado pela União para o período correspondente; qualquer reajus- te ultrapassando esse limite dependerá de prévia autorização legislativa.

Segundo Afif Domingos, seu objetivo é "por fim aos abusos de prefeitos que hoje corrigem os valores venais dos imóveis, de- terminando as alíquotas de forma arbitrária".

O deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI) propõe em sua emenda a realização de elei- ções gerais em todos os níveis no dia 7 de setembro do próximo ano. Pela proposta, os atuais presidente da República e governa- dores de Estado poderão candidatar-se aos mesmos cargos desde que se licenciem com 45 dias de antecedência às eleições.

Os senadores eleitos em novembro de 86 terão seus nomes submetidos a voto popular e se não obtiverem 30% dos votos o Tribunal Superior Eleitoral, no prazo de 45 dias, mar- cará eleições suplementares. A posse dos eleitos, pela emenda, se dará em 15 de no- vembro do próximo ano.



Heráclito Fortes, pelas eleições gerais.

Brandão Monteiro e Genoíno criticam Ulysses

Sindicalistas discutem estabilidade no Centrão

O pagamento de uma multa de 50% sobre o valor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) até que uma lei complementar, posterior à promulgação da futura Constituição venha a definir o que se constituirá em indenização compensatória para o trabalhador, foi a proposta sobre a qual trabalharam durante todo o dia, embo- ra sem fechar acordo até as 20h de ontem, os líderes sindicais, o Centrão, o Grupo dos 32 e o Centrão.

A proposta, apresentada pelo Grupo dos 32 e que contou com o apoio das lideres sindicais Luís Antônio Medeiros (metalúr- gicos) e Antônio Rogério Magri (eletricista- rios), ambos de São Paulo, tem a seguinte

redação ao inciso I do artigo 8º do projeto de Constituição: "Estabilidade no emprego, contra a dis- pensa arbitrária, assim definida em lei complementar, que assegurará indenização compensatória". Disposições transitórias: "Enquanto a lei complementar, prevista no inciso I do artigo 8º, não for promulgada, a indenização compensatória corresponderá ao valor da multa de 50% sobre o FGTS recolhido pelo empregador na vigência do contrato. O disposto neste artigo aplica-se com imediata eficácia aos contratos em vi- gor a 1º de janeiro de 1988".

Constantes reuniões, desde a manhã, fo- ram realizadas por Medeiros e Magri com representantes do Centrão (Gastone Righi, Roberto Jefferson, Ricardo Fiuzza e José Lins), do Grupo dos 32 (Sandra Cavalcanti e Virgílio Távora) e do Centrão (Ronaldo Cesar Coelho). Iniciada às 11h, a primeira

Como o líder do governo, deputado Car- los Sant'Anna, acenou com ameaças, caso o projeto do Centrão no capítulo da saúde fosse alterado, o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) não teve outra saída: apresen- tou ontem duas emendas individuais — uma supressiva e outra modificativa que, em sua opinião, devem reverter a atual situação, dando aos hospitais privados o merecido lugar de destaque no setor de saúde. No projeto que Sant'Anna quer manter, Jefferson está convencido de que haverá uma "grande crise" na medicina liberal — "e o Estado terá todos os poderes para avançar violentamente na iniciativa privada".

Jefferson espera conseguir, em plená- rio, os 290 votos necessários para alterar os dispositivos da saúde resumidos em apenas quatro artigos. O segundo deles, de número 229, apregoa: "A saúde é direito de todos e dever do Estado". Jefferson discorda, e pro- põe a modificação: "Saúde é direito de to- dos e dever da família, do indivíduo e do Estado". A outra emenda do parlamentar extingue o parágrafo 2º do artigo 231, que "veda a destinação de recursos públicos para subvencionar instituições privadas de saúde com fins lucrativos".

Com essas duas emendas, Jefferson acredita que o setor não mais correrá o risco de estatização e a iniciativa privada poderá atuar livremente no País. "Como po- de a saúde ser de dever apenas do Estado, quando mais de 80% dos serviços são exer- cidos pela iniciativa privada?", pergunta o parlamentar. Dessa forma, segundo ele, a população ficará condicionada a procurar atendimento só nos serviços públicos, já que a Constituição garantirá todo e qual- quer tipo de assistência à saúde.

decisão poderia, inclusive, facilitar a prefe- rência para os temas polêmicos relativos ao período de mandato e ao sistema de governo.

Não tendo havido quórum para delibera- ção, pois compareceram apenas 112 consti- tuíntes — quando a bancada tem um total de 302 parlamentares —, pelo menos os temas polêmicos não poderão ter sua votação ante- cipada, pois isso criaria uma situação insus- tentável para a liderança.

No entanto, o texto não polêmico poderá ser assumido pelo líder, que estaria, no caso, em harmonia com o presidente da Constituín- te, podendo, ainda este mês, se todas as lide- ranças partidárias estiverem de acordo, apro- vá-lo, passando-se, então, aos 20% restantes do projeto.

O assunto predominante na reunião da bancada permedebista, ou melhor, nos basti- dores, à margem dos discursos ou manifesta- ções ostensivas, foi o relativo à convocação do

ESTABILIDADE

Uma proposta:
troca-la por multa
equivalente a
50% do FGTS.

reunião tinha como ponto de partida a pro- posta que consta de uma das emendas sub- stitutivas do Centrão.

Essa proposta garante a estabilidade no emprego "após 12 meses, através da garan- tia, na despedida sem justa causa, de in- denização correspondente a um mês de sa- lário, por ano de serviço prestado ou fração, além do Fundo de Garantia, e nos casos de força maior, na forma da lei". Desde o in- ício, Medeiros informou que uma nova pro- posta deveria atingir a ampliação da faixa de multa sobre o FGTS, que hoje é de 10% sobre o saldo do Fundo.

Coube à deputada Sandra Cavalcanti, fundadora e primeira presidenta do extinto Banco Nacional da Habitação, lembrar que no início da existência do FGTS, que substi- tuiu a estabilidade da época de Getúlio Var- gas, a multa era de 50% sobre o saldo do Fundo e depois baixou para os 10%. A ideia logo foi apoiada pela maioria, menos pelo representante do Centrão, Ronaldo Cesar Coelho (PMDB-RJ).

SAÚDE

Um só na luta contra a estatização



Sant'Anna

Jefferson

Se prevalecer o texto do atual artigo 229, Jefferson prevê que qualquer cidadão poderá acionar o Estado a indenizá-lo por todo o tipo de atendimento. Além disso, tal redação, diz ele, revoga a obrigatoriedade de a família (os pais) sustentar seus filhos, e dar-lhes saúde, certos de que isso é um dever exclusivo do Estado.

Sant'Anna Errou

Jefferson classifica o líder do governo, Carlos Sant'Anna, ex-ministro da Saúde, co- mo o maior adversário, dentro do Centrão, dos avanços propostos pela iniciativa priva- da no setor de saúde. "Ele acertou tudo, só errou na saúde", acusa Jefferson, certo de que Sant'Anna foi influenciado pelos "bar- budinhos", os sanitaristas "que querem in- viabilizar a medicina no País". A posição do líder do governo foi recebida com estran- heza também pelo presidente da Associação Médica Brasileira, Antônio Celso Nassif. "Sant'Anna deve estar sendo levado a agir assim por outros motivos e não porque acre- dita na estatização", ponderou Nassif.

De maneira geral, contudo, Nassif con- corda com o projeto do Centrão no capítu- lo

da saúde — principalmente no artigo 231, que diz: "A assistência à saúde é livre à iniciativa privada". Pelo projeto aprovado na Comissão de Sistematização, segundo Nassif, havia o risco de a iniciativa privada ser sufocada. Nassif concordou também com outros pontos do projeto do Centrão que tratam do sistema único de saúde: "O fato de ter sido acrescentada a palavra 'público' ao texto do artigo 233 do anteprojeto da Sistematização representou um grande avanço".

No novo texto, que o Centrão chama de artigo 230, fica claro, na opinião de Nassif, que o sistema único é restrito às ações e serviços públicos, podendo as instituições filantrópicas participar, mas de forma com- plementar, mediante contrato ou convênio. No geral, Nassif aprova a tendência anties- tatizante do projeto — e lembrou que em vários países da Europa a estatização não deu certo, "e, hoje, eles estão tentando des- desesperadamente reverter a situação".

Tal como Nassif, o deputado Roberto Jefferson considerou a palavra "público" como fundamental no texto do Centrão, de- nunciando que ela foi propositalmente reti- rada do projeto para restringir a livre ini- ciativa. "Isso foi malandragem da esquer- da", acusa.

Ontem, Jefferson distribuiu a seus com- panheiros do Centrão um texto de quatro páginas com o título "Saúde: dever do Es- tado ou dever de todos", onde alerta que a exagerada intervenção do Estado "cria uma dispensável burocracia, fonte de corrupção, nepotismo e outras mazelas. E tudo isso a um custo excessivamente alto, que diminui substancialmente a parcela destinada à efe- tiva prestação de atendimento médico".

vesse alcançado a maioria necessária para que o presidente do partido promova a con- vocação.

A ausência de constituintes do PMDB, na reunião da bancada, porém, não é fato iso- lado, pois a presença nestes últimos dias tem sido de menos de 200 parlamentares para um conjunto de 559.

Constata-se uma preocupação das lide- ranças e da Mesa da Constituinte relativa- mente ao desprestígio popular com a procras- tinação que se vem verificando na votação do texto da nova Carta.

As razões maiores do Centrão e dos in- tegrantes do bloco de amigos do presidente Sar- ney em retardar a votação do texto estão su- peradas em grande parte, pois o mandato de cinco anos parece tranquilo e o sistema pa- rlamentar de governo que poderá ser adotado vem crismado por um acentuado prestígio do Executivo, permitindo ao presidente da Re-

Ulysses tem pressa. Muita.

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, começa amanhã à noite, por Belo Horizonte, uma série de viagens aos Estados destinados a pedir o apoio dos governadores e dos parlamentares para apressar os trabalhos da Assembleia Nacional. Ulysses espera também que o governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, peça aos constituintes mineiros que permaneçam em Brasília para que os trabalhos sejam agilizados. Embora o principal motivo das visitas seja o principal motivo das visitas aos governadores de Estado, Ulysses informou que outros assuntos políticos devem ser discutidos. Segundo o deputado, todos os esforços estão sendo feitos para a promulgação da nova Carta em prazo breve. É uma das estratégias será a votação global dos pontos consensuais. Os principais líderes da Constituinte mostram-se no entanto descrentes nessa possibilidade diante da falta de acordo.

Soberania? Saulo cita Arinos, para combater Arinos.

O consultor-geral da República, Saulo Ramos, rebateu ontem o discurso feito, na terça-feira, pelo senador Afonso Arinos em favor da soberania da Assembleia Consti- tuínte. Citando trechos de livros do próprio Arinos, Saulo Ramos afirma que, tendo de- rivado de uma emenda à Constituição em vigor, a Constituinte está limitada por re- gras de direito.

Segundo Saulo Ramos, "o senador Afonso Arinos negou, informou e desmentiu o professor Afonso Arinos. Ele reconhece a diferença entre Constituinte originária e derivada, mas entende que ambas têm a mesma soberania. Se isso fosse verdade, não haveria diferença nas classificações. Sobre esse jogo de palavras — argumenta Saulo Ramos —, um dia Arinos escreveu, mencionando Rui Barbosa: 'A nossa políti- ca de fraseologia, a nossa ausência de edu- cação jurídica levam-nos a confundir a Na- ção com as Assembleias representativas e a usar indiferentemente a palavra soberania quando nos referimos ao povo ou quando nos referimos ao corpo legislativo'".

O consultor também afirma que "o sena- dor pode, por emoção, fazer citações trun- chadas, ou defender teses indefensáveis. Mas o professor não pode incorrer nesta lamentá- vel posição. O senador — prossegue Saulo Ramos — pode invocar a convenção de Filadélfia e fingir que ela não foi originária; o professor não pode. O senador pode invocar a Assembleia Constituinte da França, de 1871 e 75, e fingir que não foi originária; o professor não pode".

Saulo Ramos lembra ainda que, depois da guerra, "De Gaulle quis implantar o pre- sidencialismo na França e não o fez porque a República havia nascido parlamentarista. A esse respeito, o professor Arinos escre- veu: 'Dizer-se que De Gaulle e seus partidá- rios marcham para a ditadura é também uma frase. Eles procuram a estabilidade do poder, mas procuram mal, porque vão con- tra a tradição e a natureza política da Fran- ça, que é parlamentarista. Devem conseguir seus intentos adaptando melhor o parla- mentarismo. Dizer que os parlamentaristas no Brasil desejam o desgoverno seria outra frase absurda. Desejam firmar melhor a li- berdade política, mas desejam mal, porque contrariam todas as tradições e as conve- niências do nosso país presidencialista. O que convém é adaptar o presidencialismo'".

"O senador — continua Saulo Ramos — menciona Marcelo Caetano quando o autor português lembra que as regras de revisão ou reforma constitucional não instituem po- deres constituintes, e apenas limitam-se a regular seu exercício. O professor de- veria ter explicado que é o caso do Brasil, que tem Constituinte derivada de uma Constituição vigente", afirma o consultor- geral da República.

Reiterando que a atual Constituinte é um poder instituído, Saulo Ramos afirma que o "senador pode dizer que um mandato constitucional é juridicamente ilimitado, mas o professor já disse que 'a explicação mais razoável é de que o poder constituinte é, em certas circunstâncias, um fato histó- rico, mas conscientemente condicionado por regras de Direito'".

Citando ainda trechos de obras de Afonso Arinos ("na tradição democrática, o po- der constituinte derivado ou instituído — quer dizer, não originário —, repousa sem- pre no Poder Legislativo ordinário"), Saulo conclui que "a soberania e liberdade para uma Assembleia Constituinte revisora deve ser entendida dentro dos limites da Consti- tuínte instituída, isto é, deliberar sem pres- sões, mas sob rigoroso condicionamento das regras de Direito de que seus poderes deri- varam. O único titular da soberania absolu- ta é o povo", finaliza Saulo Ramos.

pública não apenas dissolver a Câmara como também destituir o gabinete ministerial face a qualquer crise que o próprio chefe da Nação considere de natureza grave. Ele seria, assim, o único juiz da gravidade da crise que venha a justificar a destituição do gabinete. Quanto à dissolução da Câmara, os instrumentos que lhe são colocados à mão, tornam relativa- mente fácil a decisão.

Os constituintes, de outra parte, sentem- se ameaçados pela emenda constitucional que o presidente Sarney tem preparado já há alguns meses, e que consagra as eleições dire- tas em todos os níveis, cortando, portanto, mandatos executivos e parlamentares. E pa- ra ela já tem o respaldo público do ministro Leônidas Gonçalves.

Poucas são as vozes que na Constituinte se levantam em favor da tese que ganha as ruas. E, entre estas vozes, muito poucas de reconhecida sinceridade.

A liderança partidária praticamente encontraram um ponto em comum em tor- no de 80% do texto do projeto constitu- cional.

Ocorre, porém, que essa concordância es- barra numa dificuldade regimental que não autoriza as inversões de votação dos títulos, capítulos e seções do projeto, ou mesmo de artigos isolados.

Há apenas uma hipótese de ser essa con- cordância objeto de requerimento de todas as lideranças. E foi isso exatamente que decla- rou o presidente Ulysses Guimarães a vários parlamentares que com ele conversaram, on- tem, por ocasião da reunião da bancada, em Brasília.

O líder Mário Covas pretendia obter a aprovação da bancada do PMDB para sub- crever ou apoiar oralmente o requerimento de in- versão da pauta de debates e votações do projeto de Constituição, entendendo que essa

Freitas Nobre

O acordo
para aprovar
80% do
novo texto

diretório nacional e de sua convenção.

Da Mesa, composta por Ulysses, Covas, Milton Reis, Ibsen Pinheiro e Euclides Scalco, via-se, seguidamente, este último levantar-se para abraçar um companheiro sentado em plenário e levá-lo à pequena sala do lado do auditório para tentar obter sua assinatura no requerimento de convocação do órgão nacional partidário. E sabe-se que obtém mais algumas assinaturas, embora ainda não ti-